

LEI Nº 12.256, DE 15 DE JUNHO DE 2010.

Partes vetadas pelo Presidente da República e rejeitadas pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010 (PL nº 5.883, de 2009, na Câmara dos Deputados), que “Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados, e dá outras providências”.

“**Art. 3º** Para o ingresso no cargo efetivo de Técnico Legislativo do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de nível intermediário especializado, será exigida graduação em nível superior, ressalvados os provimentos decorrentes de concursos públicos homologados até a data de publicação desta Lei.”

“Anexo IV  
Tabela de Pontuação do Adicional de Especialização

Curso	Pontuação
..... 1º curso de graduação .....	..... 3 .....

”

Congresso Nacional, em 21 de dezembro de 2023.



Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente da Mesa do Congresso nacional